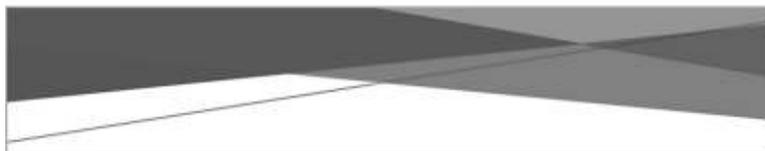


Id:0CC549DB825E8148


 ESTADO DO PIAUÍ
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ


PLANO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 21 de Campo Largo do Piauí é fruto de um processo participativo de construção de uma agenda de ações integradas que buscam contribuir para a elaboração e implementação de políticas públicas sustentáveis, orientadas para o desenvolvimento potencial local determinando estratégias e linhas de ação cooperadas e ou partilhadas entre a sociedade e o setor público.



2

Prefeitura Municipal de Campo Largo do Piauí-PI

 Prefeito Municipal
JAIRO SOARES LEITÃO

 Vice-Prefeito
NATANAEL VITOR OLIVEIRA SILVA

 Secretária Municipal de Meio Ambiente
GENIVALDO ARIMATÉIA CARVALHO SILVA

 Secretário Municipal de Administração
RÔMULO AÉCIO SOUSA
DOMINGOS RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO
 Secretário de Planejamento e Finanças

 Secretária Municipal de Educação
JOSUÉ MARQUES DE OLIVEIRA

 Secretária Municipal de Saúde
FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA JUNIOR

 Secretária Municipal de Assistência Social
MARIA ALDECI RODRIGUES DE CARVALHO

 Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos
JOSÉ RAIMUNDO NETO

 Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento
MARIA RAIMUNDA OLIVEIRA SILVA

(Continua na próxima página)

Campo Largo do Piauí, 2021

1



**ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ**

HISTÓRIA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA E A AGENDA 21

HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS NO BRASIL E NO MUNDO

HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS MUNDIAIS

A partir de 1986, com o surgimento da Resolução CONAMA 001 no Brasil, muitos projetos de empreendimentos com potencial impactante ao meio ambiente foram obrigados a elaborar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) como parte do licenciamento para sua implantação e operação. Tais exigências para aprovação de projetos de empreendimentos potencialmente poluidores seguiu uma tendência mundial de preservação dos recursos naturais, uma preocupação que surgiu a partir da década de 50 do século XX. Até esse momento, a noção de desenvolvimento esteve diretamente ligada à industrialização e ao crescimento econômico, entretanto, a acumulação de indústrias nos países em desenvolvimento cujos resíduos de sua produção eram despejados sem nenhum tipo de tratamento iniciou uma série de catástrofes ecológicas que fizeram com que se iniciasse uma reflexão sobre os rumos das atividades humanas no planeta. Surge nesse instante a idéia de se impor limites ao crescimento industrial para que o mesmo não cause danos irreparáveis aos recursos físicos e humanos da Terra.

A primeira proposta para resolução dessa questão surgiu na década de 60 através

começam a surgir em todo o mundo diversas disposições legais, organizações e programas ambientais como por exemplo o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e o Earthwatch (Programa Observação da Terra). Paralelamente, cresceu a tendência dos órgãos financiadores em exigir o desenvolvimento de estudos de impactos ambientais para liberação de recursos.

Em 1983, criou-se a Comissão mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agora, a preocupação ambiental não era mais apenas a escassez dos recursos naturais e sim a absorção dos ecossistemas devido aos resíduos produzidos pelas atividades humanas. Em 1987, a Comissão mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou um relatório chamado "Nosso Futuro Comum", conhecido também por Relatório "Brundtland". Nesse instante que surge o termo "desenvolvimento sustentável", empregado até os dias atuais. O Relatório Brundtland, entende que os problemas ambientais e a busca pelo desenvolvimento sustentável estão diretamente ligados com o fim da pobreza, a satisfação básica de alimentação, saúde e habitação, a busca de novas matrizes energéticas que privilegiem as fontes renováveis e a inovação tecnológica. Em resposta à uma solicitação do Relatório Brundtland, foi criada em 1989 a Comissão Latino-Americana de Desenvolvimento e Meio Ambiente que elaborou a "Nossa Própria Agenda", um documento que estabeleceu os vínculos entre riqueza, pobreza, população e meio ambiente.

Desenvolvimento (UNCED/92), reunidas na "Plataforma de Tlatelolco", que procurou destacar a posição dos países da América Latina e do Caribe com relação aos temas a serem discutidos na conferência. Em 1992,

do "Relatório do Clube de Roma", redigido com a participação de representantes dos países industrializados com a proposta de "crescimento zero" (FOGLIATTI, et al; 2004). Obviamente tal solução não agradou aos países menos desenvolvidos que pleiteavam sua própria industrialização para que seu desenvolvimento se equiparasse ao dos países mais industrializados, causando dessa maneira uma bipolaridade no que se refere à questão ambiental.

Em 1970, os Estados Unidos da América foi o primeiro país a institucionalizar a fiscalização dos impactos ambientais através da criação do National Environment Policy. Em 1971, foram realizadas em Fournex na Suíça várias reuniões preparatórias que produziram o documento "O Painel de Peritos em Desenvolvimento e Meio Ambiente" para que em 1972 na Suécia, fosse realizada a Conferência Sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo pela Assembleia Geral das Nações Unidas. O documento redigido em Fournex teve como objetivo discutir as divergências entre países desenvolvidos e os de industrialização tardia. Como consequência da Conferência de Estocolmo, gerou-se a "Declaração Sobre o Meio Ambiente Humano", marco fundamental que tornou os impactos ambientais algo a ser efetivamente minimizado. É nessa época que surge a idéia de harmonizar justiça social, crescimento econômico e preservação ambiental através do conceito de "ecodesenvolvimento" para estabelecer uma relação positiva entre desenvolvimento e meio ambiente. A partir da Conferência de Estocolmo,

aconteceu a conferência que pode ser considerada o grande marco das discussões ambientais globais. A "ECO-92" como ficou conhecida a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Na "ECO-92" foram gerados alguns documentos importantes visando a concretização da proposta de desenvolvimento sustentável. Dentre eles destacam-se a "Carta da Terra" (Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção Marco sobre Mudanças Climáticas, a Declaração sobre Florestas e a Agenda 21, que é o documento mais amplo e aborda diretrizes, bem como roteiros detalhados para orientar governos, instituições das Nações Unidas e setores independentes em como efetivar a proposta de proporcionar o desenvolvimento com maior qualidade de vida através da preservação dos ecossistemas, mudando o rumo das atividades humanas no planeta. Dentre os principais assuntos abordados no Rio de Janeiro em 92 encontra-se a discussão de como fazer com que os países em desenvolvimento tenham acesso às tecnologias não agressivas ambientalmente e como fortalecer as instituições dedicadas aos estudos dessas tecnologias.

Em 1997, na cidade de Kyoto no Japão, foi assinado um novo componente da Convenção Marco sobre Mudanças Climáticas: o Protocolo de Kyoto. O objetivo do protocolo é comprometer as nações mais industrializadas a reduzir no período de 2008 a 2012 as emissões de componentes que interferem no clima da Terra em 5,2% em relação aos índices de emissões de 1990.

No ano de 2002, aconteceu a Conferência de Johannesburg, conhecida como "Rio+10", na qual foi formada a "Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável" pelos países participantes. O objetivo desse evento foi avaliar o progresso das metas determinadas na ECO-92, principalmente com relação à Agenda 21 e verificar os resultados obtidos pelos países participantes com a finalidade de propor alterações para que os objetivos ambientais fossem alcançados.

O resultado desse movimento de mais de 50 anos para prover as necessidades das gerações presentes sem comprometer as futuras gerações de prover as suas próprias, além de fazer com que as sociedades se conscientizem cada vez mais, resultou numa série de mecanismos que visam impedir a deterioração ambiental, tais como: Políticas ambientais, Auditorias Ambientais, Sistemas de Gestão Ambiental, Levantamentos de Passivos Ambientais e Projetos de Desenvolvimento Sustentável.

HISTÓRICO DA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

Em 1934, surge o primeiro documento legal ambiental brasileiro: o Código das Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho), que definiu o direito de propriedade e de exploração dos recursos hídricos para abastecimento, irrigação, navegação, usos industriais e geração de energia. Na década de 30 surgem outros dois documentos importantes: o Decreto nº 1.713, de 14 de julho, que cria o Parque Nacional de Itatiaia (RJ) e o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro, organizando o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Até o momento, a

SEMA. A partir desse momento, o Estado poderia solicitar a entrega do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) quando julgasse necessário para instalação e operação de atividades potencialmente poluidoras. Os órgãos de apoio do SLAP eram a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) e o Projeto Especial de Normalização de Licenciamento (PRONOL).

Finalmente, em 1981 entra em vigor a Lei nº 6.938, de 31 de agosto, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). A partir disso, a avaliação de impactos ambientais tomou proporções federais e dentro da PNMA, cria-se o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Em 1986, surge a Resolução nº 001 do CONAMA, que institui os critérios básicos para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, no licenciamento de projetos de atividades poluidoras de origem pública ou privada.

Além da Resolução CONAMA 001/86, merecem destaque as resoluções do CONAMA nº 016, que estabelece regras para o licenciamento ambiental de atividades de grande porte e a resolução nº 018, que institui o Programa de Controle de Poluição por Veículos Automotores (PROCONVE).

A legislação ambiental brasileira, desenvolvida através da PNMA, ganhou mais força e consolidação a partir do surgimento da nova Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, que dedicou um capítulo especial para as

legislação brasileira engloba apenas aspectos relacionados ao saneamento, à conservação e preservação do patrimônio natural, histórico e artístico do país e problemas provocados pelas secas e enchentes.

Em 1940, ocorre a dissociação do direito de propriedade do direito de exploração através do Código das Minas (Decreto nº 1.985), no qual o proprietário tinha o dever de explorar sua propriedade sem causar qualquer dano ao próximo, evitando a poluição do meio e conservando o mesmo. Entretanto, foi na Conferência de Chicago em 1944 que iniciou-se a preocupação real com o desenvolvimento de uma política ambiental brasileira através do Decreto nº 21.713, de 2 de agosto de 1946, que promulgou a Convenção Internacional sobre Aviação Civil, concluída em Chicago em dezembro de 1944 e firmada pelo Brasil em Washington em 29 de maio de 1945. A criação de Áreas de Preservação Ambiental (APP), bem como o reconhecimento das florestas e demais formas de vegetação como bens de interesse comum a todos os cidadãos brasileiros surge nos anos 60, a partir da criação do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965). Na mesma década cria-se o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que define a função social da terra. Após esse período, já na década de 70 inicia-se a criação de diversas Organizações não Governamentais (ONGs) e o Greenpeace.

Em 30 de outubro de 1973 é criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no governo de Emílio G. Médici (Decreto nº 73.030). Em dezembro de 1975 adota-se o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras (SLAP), primeira manifestação da

questões ambientais e englobou toda a legislação vigente no país.

NOSSO FUTURO COMUM

Durante o restante da década de 70, a humanidade buscou conhecimentos e entendimentos para propor uma nova sociedade, de caráter local e global.

Em 1983 foi criada, por decisão da Assembleia Geral da ONU, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD.

A Comissão circulei o mundo e encerrou seus trabalhos em 1987 com um relatório chamado de "Nosso Futuro Comum". É neste relatório que se encontra a definição de desenvolvimento sustentável mais aceita e difundida O Congresso de Belgrado A Conferência de Tbilisi Nosso Futuro Comum em todo o Planeta, a saber, "Desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades".

Segundo a Comissão, o desafio era trazer as considerações ambientais para o centro das tomadas de decisão econômicas e para o centro do planejamento futuro nos diversos níveis: local, regional e global.

CONFERÊNCIA DE MOSCOU

Esta foi a Conferência seguinte, na capital da antiga União Soviética, que reuniu cerca de trezentos educadores ambientais de cem países.

Nesta Conferência não-governamental, conceitos consagrados em Tbilisi foram reforçados, como a orientação de que a EA deveria preocupar-se com a ampliação dos conhecimentos, com o desenvolvimento de novos hábitos e habilidades, a promoção de valores e o estímulo à participação e tomada de decisão.

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ

RIO - 92

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi realizada no Rio de Janeiro entre 03 e 14 de junho de 1992 e teve grande importância para reforçar e ampliar essa nova abordagem ambiental, que já vinha sendo discutida em documentos anteriores.

Contou com a presença de cerca de 170 países e centenas de organizações da sociedade civil cuja ação obteve relevante impacto ao demonstrar claramente os limites da exploração da natureza.

A idéia de desenvolvimento sustentável ganha força e esta nova visão implica na implantação de um modelo de desenvolvimento que garanta a manutenção da Vida no Planeta sob todos os aspectos.

Surge a Agenda 21, um documento que propõe novos modelos políticos para o mundo em busca do desenvolvimento sustentável.

AGENDA 21 GLOBAL

A Agenda é na verdade um grande programa recomendado para todos, ou seja, para governos, para instituições, organizações da sociedade civil e para os cidadãos e cidadãs de todos os cantos da Terra.

Apresenta um conjunto de estratégias, distribuídas em seus 40 capítulos, que possibilitam a reversão da degradação do Planeta. Estratégias que devem ser aplicadas nos diversos níveis de atuação humana, local, regional, nacional e internacional.

Sua implantação deve acontecer de forma gradual e participativa. Ela é o fio que nos conduz a sobrevivência e só

A Agenda 21 Brasileira partiu dos princípios estabelecidos na Agenda 21 Global e estabeleceu diretrizes adequadas às características do nosso País, que se forem adotadas por todos, provocam a mudança do atual modelo de desenvolvimento, tornando-o mais justo e sustentável.

Da mesma forma, Estados e Municípios devem se esforçar para, a partir das diretrizes globais e nacionais, formularem participativamente suas Agendas, de forma a estarem mais próximas de suas realidades, sendo portanto, mais capazes de provocar mudanças.

AGENDA 21 LOCAL

De modo geral, conseguimos enxergar os problemas do nosso País e também da nossa cidade. Normalmente fazemos nossas reclamações, mas pouco interferimos na mudança das situações que nos incomodam. Não estamos acostumados a participar das decisões e não sabemos muito bem como fazê-lo.

A agenda 21 Global traz novas orientações para o Planeta, mas estas só se tornarão realidade se os países as adotarem, ampliarem e adaptarem às suas especificidades. Surgem então as agendas nacionais. Cada país, no entanto, é formado por um conjunto de estados e cidades que precisam se incorporar a este movimento para que ele não pare.

Mas onde é que as transformações irão realmente acontecer? Como garantir a participação de toda a população com suas informações e sugestões?

Aí está a Agenda 21 Local. A melhor opção para pensar com a população formas de solucionar os problemas de cada bairro, de cada comunidade, de construir uma sociedade

poderá ser implementada com o envolvimento de todos.

AGENDA 21 BRASILEIRA

Quando os países presentes na Rio 92 produziram a Agenda 21, se comprometeram a incorporar em suas políticas públicas os princípios para o desenvolvimento sustentável.

As estratégias pensadas para o mundo deveriam ser adequadas à realidade de cada país e amplamente discutidas com a sociedade, tomando todos os atores responsáveis pelo novo caminho a ser traçado.

Para elaboração da Agenda 21 Brasileira foi formada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional com a atribuição de coordenar o processo de elaboração e implementação da Agenda.

Foi desencadeado um processo de identificação das potencialidades e fragilidades do País para o estabelecimento de um plano de desenvolvimento sustentável. Essas informações foram armazenadas num documento que levou o nome de Bases para a Discussão da Agenda 21.

No dia 16/07/2002 foi lançada no Palácio do Governo, em Brasília a Agenda 21 Brasileira, um poderoso instrumento de planejamento participativo.

Coloca-se agora um grande desafio: a sua implementação política de todas as esferas de governo (nacional, estadual, municipal) e o envolvimento e organização da sociedade civil para a construção de um novo modelo de sociedade baseado nas aspirações coletivas.

AGENDAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

mais justa e equitativa e de recuperar e conservar o meio ambiente para os que nele vivem e viverão.

CAMPO LARGO DO PIAUÍ

"Se digo que a cidade para a qual tende a minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que pode parar de procurá-la. Pode ser que, enquanto falamos, ela esteja afluando dispersa dentro dos confins..."

Ítalo Calvino

Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Campo Largo do Piauí, em 1995, desmembrado de Itainópolis.

Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Campo Largo do Piauí, pela Lei Estadual nº 4810, de 14-12-1995, desmembrado de Itainópolis. Sede no atual distrito de Campo Largo do Piauí (ex-localidade).

Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

FONTE: IBGE

A AGENDA 21 EM CAMPO LARGO DO PIAUÍ

"Tudo o que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade, ou no meu bairro, acontece comigo. Então, eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida."

A Agenda 21 de Campo Largo do Piauí é fruto de um processo participativo de construção de uma agenda de ações integradas que buscam contribuir para a elaboração e implementação de políticas públicas, orientadas para o desenvolvimento local sustentável.

Para garantir sua representatividade e legitimidade, o processo de elaboração da Agenda, contou com a participação de diversos grupos comunitários, representantes do poder público, comunidade escolar, comerciantes, conselhos, ONG's, sindicatos e demais organizações da sociedade civil.

Sua construção foi tecida pouco a pouco, respeitando o tempo de aprendizagem de cada grupo, suas diferenças e suas semelhanças, buscando valorizar a troca de experiências e conhecimentos entre todos os atores envolvidos.

Os temas que aqui se apresentam, foram definidos coletivamente durante os encontros com a comunidade tanto na área urbana quanto na área rural.

A metodologia para construção da Agenda 21 de Campo Largo do Piauí, baseou-se na realização de reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente, que consistiu na elaboração de um diagnóstico e um planejamento participativo que contribuiu para o mapeamento dos sonhos e dos problemas das comunidades.

A realização dos Diálogos Abertos propiciou diversos encontros

entre o poder público e os cidadãos que elegeram como prioritários os seguintes temas: Agricultura, Cultura, Esporte e Lazer, Geração de Trabalho e Renda, Meio Ambiente e Saneamento Básico, Saúde, Participação e Mobilização Social, Educação, Segurança e Juventude.

Como esses temas se apresentam para a comunidade? Quais os desafios? Que ações são propostas? Quais as responsabilidades de cada um? O que pode ser feito a curto, médio e longo prazo?

Todas essas questões foram discutidas pelos participantes e estão contidas na presente publicação.

Vale lembrar que ela não é uma agenda de um só mandato de governo. Ela é uma agenda para o século 21, uma agenda de compromissos do poder público e de toda a população do município e representa os anseios da geração atual para a melhoria do bem-estar coletivo e das condições de vida no presente e para as futuras gerações



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ

AGRICULTURA

Há cerca de doze mil anos, quando os povos coletores e caçadores começaram a descobrir a possibilidade de cultivar plantas e domesticar animais, a humanidade teve a oportunidade de formar seus primeiros aglomerados.

Dessa maneira, desde o início, a história da agricultura se confunde com a própria história da humanidade. Rapidamente, a agricultura se espalhou por todos os lugares do globo, sendo determinante para o desenvolvimento e a organização das sociedades.

Porém, o desenvolvimento agrícola foi intensamente marcado pela tensão com a natureza, resultando definitivamente na alteração das paisagens e gerando graves interferências ambientais.

O Brasil, este gigante de dimensões continentais que guarda acentuadas desigualdades sociais e econômicas, teve sua história marcada pela agricultura. Nossa colonização, a ocupação territorial e a nossa estrutura social foram essencialmente moldadas pelo modelo de desenvolvimento agrícola adotado.

Hoje, mesmo com o crescente processo de urbanização de nossas cidades, a atividade agrícola continua sendo economicamente importante. Campo Largo do Piauí faz parte deste Brasil rural.

Assim como em inúmeras cidades do país, a agricultura tem importância fundamental. Aqui ela é bastante diversificada e representada por produtos da hortifruticultura gerados, predominantemente, em pequenas propriedades agrícolas de caráter familiar.

O fato de a agricultura estar presente, de forma destacada, na Agenda 21 de Campo Largo do Piauí deve-se, sobretudo, à importância que essa

atividade representa na economia, no ambiente, na história, na cultura, no dia-a-dia e, principalmente, no futuro que se pretende traçar para a cidade e seu povo.

A discussão deste assunto reserva grandes debates, pois é consenso que a produção de alimentos, e outros elementos necessários ao bem-estar humano, se vê diante de grandes desafios, porque a sua produção não se limita a uma mera questão de lucro e produtividade.

A agricultura está envolvida numa complexa teia; sofre e exerce uma marcante influência no nosso ambiente e na nossa sociedade. Portanto, não é possível pensá-la de maneira reduzida, fragmentada e isolada das nossas realidades. Muitas questões nos convidam a uma profunda reflexão:

- Como desenvolver sistemas de produção agrícola adaptados ao ambiente, que impliquem no uso mínimo de insumos externos, e sejam capazes de garantir a manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais locais?

- Como implementar sistemas produtivos que agreguem valor ao produto, que tenham produtividade compatível com os investimentos realizados e minimizem perdas e desperdícios?

- Como contar com mecanismos que garantam o financiamento da atividade e a comercialização da produção, de forma a proporcionar a competitividade dos produtos nos mercados internos e externos?

- Como promover processos que sejam capazes de garantir condições de vida, trabalho e renda dignos, promovendo a educação, o bem-estar e a valorização dos produtores rurais?

- Como promover uma efetiva integração dos setores para a construção de uma

nova realidade rural, multifuncional, de maneira que a agricultura não seja reconhecida como uma atividade primária isolada, mas sim como um segmento integrado à indústria e ao comércio?

- Como gerar, adotar e difundir tecnologias adequadas as quais, ao mesmo tempo em que representem aumento de produtividade, promovam também uma melhoria social, ambiental e de salubridade dos consumidores e dos trabalhadores rurais?

Pensarmos sobre tudo isso, de forma integrada e participativa, será fundamental para que tenhamos condições de estabelecer metas e acordos legítimos que conduzam a uma prática próspera e sustentável da agricultura em Campo Largo do Piauí. Dessa forma, também estaremos contribuindo para encontrar outras bifurcações no caminho do atual desenvolvimento insustentável do planeta, para torná-lo mais humano e compatível com a preservação da vida e de todas as riquezas naturais.

PROPOSTAS

DESAFIO	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZO
Promover o ensino e a capacitação técnica dos produtores rurais	* Criar escola agrícola no município, com ênfase na agricultura praticada na região. * Ampliar as opções de cursos profissionalizantes. * Adequar os horários dos cursos, para torná-los compatíveis com a realidade do produtor rural.	Longo prazo Médio prazo Curto prazo
Facilitar o uso do crédito agrícola	* Deixar de exigir imóvel como garantia para a obtenção do crédito.	Curto prazo
Manter as estradas em bom estado de conservação	* Realizar a manutenção das estradas de forma permanente e com técnicas apropriadas. * Implantar um programa de conservação de estradas rurais, estimulando a construção de bacias para captação de água.	Curto prazo
Oferecer assistência técnica capaz de atender às necessidades do produtor rural	* Fornecer assistência técnica especializada e gratuita, com ênfase nas principais culturas desenvolvidas no município. * Ampliar o número de técnicos efetivos, com boa formação e experiência, aumentando a capacidade de atendimento ao produtor rural no campo.	Curto prazo Médio prazo
Ampliar a comercialização da produção agrícola	* Promover um programa de marketing rural para divulgar e valorizar a produção agropecuária local. * Fornecer assistência fiscal e jurídica, a fim de que os produtores rurais tenham sua situação regularizada, sem entraves para a comercialização.	Curto prazo Curto prazo
Promover a organização dos produtores rurais em cooperativas e associações	* Fortalecer a divulgação sobre a importância e atuação das cooperativas, sindicatos e associações já existentes, estimulando que os produtores rurais participem dessas entidades.	Curto prazo
Melhorar a qualidade ambiental por meio da conservação dos recursos naturais	* Criar um programa que esclareça e incentive a aplicação de técnicas de conservação de solo e água. * Ampliar e priorizar a utilização da patrulha agrícola na zona rural. * Promover um programa de educação ambiental voltado para produtores rurais e escolas rurais.	Médio prazo Curto prazo Curto prazo
Melhorar a qualidade de vida no campo	* Melhorar a segurança dos moradores da área rural, por meio da implantação de uma ronda policial rural. * Aperfeiçoar a comunicação dos produtores rurais com a polícia militar. * Implantar os Conselhos de Bairro, a fim de que as necessidades, contribuições e soluções possam ser discutidas e acertadas por todos. * Buscar mais informações, a fim de divulgar a existência do crédito para a moradia rural.	Curto prazo Curto prazo Curto prazo Médio prazo
Implementar um programa de regularização fundiária	* Realizar um programa de levantamento cadastral das propriedades rurais do município. * Obter mais informações e divulgar os procedimentos para a regularização fundiária.	Médio prazo Médio prazo

Curto prazo = 1 ano/ médio prazo = até 5 anos/ longo prazo = mais de 5 anos

CULTURA, ESPORTE E LAZER

A vida existe e se sustenta há milhões de anos no nosso planeta. As espécies se mantêm vivas por meio de adaptações que garantem a sua sobrevivência.

A grosso modo, quando a estrutura física de um animal atinge essa finalidade e ele está adaptado ao seu meio, se mantém assim por muitos e muitos anos, quase imutável. O animal é o seu corpo adaptado e não precisa de grandes acontecimentos para viver bem. Necessita apenas respirar, alimentar-se, beber água e reproduzir-se.

Com os seres humanos é diferente. Queremos e precisamos de mais. Se a natureza nos dá flores, podemos criar lindos jardins. Vamos além da sobrevivência; fazemos o nosso espaço. Agimos sobre a realidade e a realidade age sobre nós. Criamos a realidade e a realidade nos cria. É nesse processo de incessante autoreprodução de pensamento, linguagem, ferramentas, interação e prática, que nasce a cultura. É quando plantamos o jardim, escrevemos poemas, pintamos quadros, elaboramos conceitos, construímos objetos e novas paisagens, definimos o que queremos e como queremos, ou então, destruímos o que os outros criaram.

Cultura é o resultado da ação recriadora dos seres humanos sobre o meio onde habitam. Da sua autoconsciência ligada à consciência do mundo. É a forma como fazemos e contamos a nossa história. Está ligada ao passado e nos projeta para o futuro.

É o cenário onde as vidas ganham sentido e significado a partir das ações de um grupo e, na medida em que cresce, ganha complexidade. É dinâmica, está sempre mudando, se reproduzindo de acordo com as novas vontades. Ao mesmo tempo em que é causa, também é efeito, como os ecossistemas.

Cultura é algo que passamos de geração para geração; é algo que ninguém faz sozinho. Surge de um conjunto de relações e cria identidade. Gera pertencimento na medida em que desenvolve modos de vida.

Sendo um processo de criação de significados, a cultura interfere nos sentidos que atribuímos às coisas e aos fenômenos. Esse é o caso da noção de desenvolvimento sustentável, por exemplo. Se atentarmos bem, vamos ter que concordar que as duas palavras desenvolvimento e sustentável indicam uma redundância. Ora, todo desenvolvimento deveria ser sustentável, porque deveria implicar no desenvolvimento integral dos seres humanos e na preservação do planeta em que vivemos. Todo desenvolvimento deveria garantir qualidade de vida para todos e, portanto incluir processos participativos. Dessa forma, "um" é tão importante quanto o "outro" e é dessa interação que surge algo que pertence ao grupo, à comunidade, à cidade.

Para isso, é preciso promover o encontro entre os diferentes, entre a cultura de raiz e a cultura de escolhas da sociedade moderna, produzindo igualdade e identidade. É uma nova dinâmica democrática que dá força transformadora aos sujeitos locais, pois é no local que vivemos e atuamos, como indivíduos e como coletivo.

Não é diferente com a cultura caipira. Ela é o resultado de adaptações ao meio, da fusão do português colonizador, do qual herdou a língua e a religião, com o indígena habitante local, do qual herdou a familiaridade com o mato, a arte das ervas, o ritmo do bate-pé.

Um bom exemplo é o cururu; nada mais caipira que o cururu. Uma mistura de elementos indígenas e portugueses que apresenta a técnica poético-musical do caipira como ele foi e como ainda é, não como querem que ele seja. Representa nossa herança

(Continua na próxima página)


ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ

cultural com elementos muito vivos, misturados, que demonstram um modo de vida belo e rico. É a arte no contexto comunitário; é cultura e é educação.

Nesse encontro, também podemos rejunta os dois principais tecidos da vida humana: a prosa e a poesia. A prosa, feita de tarefas práticas, utilitárias e técnicas. A poesia, um modo de viver na participação, com a comunhão, o amor, o rito, a festa, a dança, o canto.

O acesso a esses aspectos é fundamental para o desenvolvimento humano, que se quer sustentável e capaz de abrir caminhos para o desenvolvimento local qualificado.

É preciso compreender melhor nosso pedaço e nosso país em todas as suas diversidades étnicas e culturais.

Reconhecer e respeitar as diferenças é condição para a construção de uma convivência harmoniosa e saudável entre todos. Propor um desenvolvimento a partir de uma visão multicultural, sob o prisma das manifestações populares encontradas em cada espaço da comunidade, pode favorecer a convivência de indivíduos diferentes, capazes de, juntos, buscarem a garantia da igualdade política e da equidade social em um ambiente saudável.

É necessário utilizar os espaços públicos como espaços de diálogo e de compartilhamento de conhecimentos por toda a comunidade. Enfim, usar a criatividade, respeitar as diferenças, incentivar soluções alternativas para problemas comuns e propor mudanças viáveis são ações que significam respeitar a democracia e pintar a cara da cidade.

12

PROPOSTAS

DESAFIO	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZO
Ampliar o conhecimento das atividades de cultura, esporte e lazer e incentivar a participação da população	*Reunir um grupo para realizar a gestão das ações (Conselho Municipal de Cultura, Grupo da Terceira Idade, moradores rurais, Ponto de Cultura, grupos juvenis). *Buscar capacitação para essa gestão. *Usar formas de comunicação estratégicas.	Curto prazo Curto prazo Curto/médio prazo
Fortalecer e dar visibilidade à identidade	*Promover um levantamento das culturas tradicionais. *Realizar encontro entre gerações. *Criar espaços dentro das escolas para os mais velhos contarem histórias	Curto prazo Curto/médio prazo Curto/médio prazo
Realizar Conferências Municipais de Cultura, Esporte e Lazer	*Mobilizar a comunidade para a reflexão sobre a realidade local da cultura, do esporte e do lazer. *Garantir a participação de crianças e jovens nos espaços de discussão.	Longo prazo
Implantar áreas verdes e de lazer nos bairros	*Criar um programa municipal de cultura, esporte e lazer.	Médio prazo

Curto prazo = 1 ano/ médio prazo = até 5 anos/ longo prazo = mais de 5 anos

13

EDUCAÇÃO

Educação é o processo de desenvolvimento integrado das capacidades intelectual, psíquica, afetiva, moral e física do ser humano, visando à sua melhor inserção social, cultural, espacial e ambiental. A educação, em uma perspectiva multidimensional, nos leva a uma outra forma de pensar e de agir considerando a contextualização dos diversos aspectos da condição humana. Entre esses aspectos, é fundamental o reconhecimento da nossa identidade comum: a planetária.

Os perigos que atualmente afetam o planeta e a humanidade exigem que a educação aponte alguns novos caminhos para a sustentabilidade da vida. Por exemplo, com uma nova alfabetização que aborde a nossa ligação com o mundo, com toda a espécie humana e com os outros seres vivos; com uma mudança de valores em reação à hegemonia do quantitativo, do descartável e da uniformização exagerada; com o estímulo ao encontro e reencontro das comunidades com as suas próprias realidades. É importante também exercitar a compreensão, tentar olhar sob o ponto de vista do outro; promover encontros, diálogos entre as pessoas e também entre os diversos saberes o saber da tradição, o saber científico e as artes.

A comunidade escolar pode ser esse espaço que é construído a partir da interação entre a diversidade ecológica e a diversidade cultural, pois dessa forma é possível compreender melhor a nós mesmos e ao local em que vivemos, sem

desconsiderar as outras regiões da Terra. Por esse motivo, é importante propor um desenvolvimento a partir de uma visão multicultural, sob o prisma das manifestações populares encontradas em cada espaço da comunidade.

A educação não pode apenas servir para formar vencedores, dentro da lógica do sucesso material e Econômico. Ela é fundamental para criar oportunidades, para construir novos caminhos. O educador e a educadora, nesse contexto, devem atuar como mediadores que estimulam a aptidão humana de articular e organizar os conhecimentos pertinentes; de formular e resolver problemas. Não basta transmitir ou impor informações, porque todo conhecimento depende do esforço de cada um para processar, mastigar e ruminar as informações disponíveis, transformando-as, só assim, em conhecimento.

A ideia de uma educação para a sustentabilidade pressupõe a busca de ações para a melhoria da qualidade de vida, o que diz respeito a todo complexo bio-psico-sócio-cultural. Além disso, a sustentabilidade do planeta não é missão apenas do ambientalista, mas de todas as pessoas.

No âmbito do desenvolvimento cultural, é importante enfatizar as singularidades de cada cultura, a sua identidade social, e, ao mesmo tempo, a riqueza das diversidades entre todas as culturas. Combinar cultura de raízes com uma cultura de escolhas é contar a história da civilização, em suas diversas dimensões. Tudo isso pode e deve fazer parte do currículo escolar.

14

A educação é, portanto, o meio pelo qual as vidas ganham significado, a partir da existência de ações de pessoas e de grupos e da valorização das múltiplas identidades. Em outras palavras, a educação é a via para que cada cidadão possa desenvolver, ao mesmo tempo, a sua autonomia individual dentro da participação comunitária e o sentimento de pertencer à espécie humana, unida por seu destino comum sobre a face da Terra.

15

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ

PROPOSTAS		
DESAFIO	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZO
Contribuir para a construção da história gerando conhecimento e valorização das pessoas	* Utilizar os meios de comunicação, através de convite porta-a-porta, cartazes, rádio, jornal local e carro de som.	Curto prazo
Contribuir na mobilização da comunidade na realização de ações	* Mobilizar as diversas comunidades, considerando-as o perfil de cada uma delas. * Formar e fortalecer Referências comunitárias, através de parcerias com ONG's, universidades e Secretaria de Educação. * Utilizar os meios de comunicação, através de convite porta-a-porta, cartazes, rádio, jornal local e carro de som.	Curto prazo
Realizar mais atividades e trabalhos relacionados ao meio ambiente nas instituições de ensino	* Estabelecer parcerias com as Secretarias de Meio Ambiente e ONGs para informar as comunidades.	Médio prazo
Ampliar a divulgação das informações sobre os cursos das instituições de ensino técnico profissionalizante e superior	* Divulgar os cursos na zona rural. * Realizar levantamento de todos os alunos universitários que moram na área rural. * Estabelecer parcerias com as universidades e escolas técnicas profissionalizantes.	Curto prazo Curto prazo Médio prazo
Realizar as escolas rurais de educação infantil	* Realizar um abaixo assinado à Secretaria de Educação, solicitando escolas de educação infantil para a zona rural. * Organizar as comunidades rurais para a percepção da importância das escolas de educação infantil em seus bairros.	Curto Prazo
Aprimorar a formação e a qualificação dos profissionais de educação	* Estabelecer parcerias com as universidades, escolas técnicas profissionalizantes, Secretarias de Meio Ambiente e ONGs.	Médio prazo
Criar salas ambiente para o Ensino Fundamental	* Retomar as discussões sobre as políticas públicas educacionais.	Curto prazo

Curto prazo = 1 ano/ médio prazo = até 5 anos/ longo prazo = mais de 5 anos

socioeconômicas que deram certo em todo o mundo, e hoje ajudam milhares de homens e mulheres a ganhar seu sustento, mesmo fora do mercado formal do emprego.

O fortalecimento do chamado mercado solidário; o surgimento de programas de microcrédito acessível e de baixo custo; o incentivo ao associativismo e ao cooperativismo, às redes de trocas, ao lado dos cursos de capacitação, apontam para melhores condições de trabalhar e gerar renda para milhões de pessoas em todo o mundo

Os grupos que participaram das discussões do tema Geração de Trabalho e Renda, na construção da Agenda 21 de Campo Largo do Piauí, apontaram a necessidade do envolvimento e da participação de toda a comunidade para a construção de um modelo sustentável de desenvolvimento local. Priorizaram a proposição de ações que pudessem responder concretamente aos legítimos anseios da população por uma melhor qualidade de vida, contribuindo para a sua autonomia e emancipação.

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

O avanço tecnológico, a globalização tecnocientífica acelerada, o crescimento populacional, o esgotamento dos recursos naturais, a rápida e desordenada urbanização são fatores que têm um forte impacto sobre a cultura e a economia.

As empresas públicas ou privadas, para poderem sobreviver, assumem posturas cada vez mais competitivas, excludentes e individualistas. A produtividade é compreendida como o único pilar de desenvolvimento, fazendo com que a mão-de-obra menos qualificada seja excluída do ciclo produtivo.

Nos países emergentes, de periferia ou em desenvolvimento, onde o acesso à educação é restrito, o problema do desemprego e do subemprego assume proporções catastróficas. Apesar de milhões de pessoas em todo o planeta serem analfabetas, o mercado de trabalho exige, mesmo para funções mais simples, bons conhecimentos da língua inglesa e de informática.

Essa significativa parcela da população procura encontrar no mercado informal meios de sobreviver e de atender às suas necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde, educação, lazer.

Por outro lado, constata-se que as consequências socioambientais tendem a ser muito sérias quando em um país, estado, cidade ou região não há trabalho

de boa qualidade disponível. Em vista disso, em todo o planeta multiplicam-se iniciativas que buscam construir uma nova maneira de trabalhar e gerar renda sem degradar o meio ambiente, respeitando a diversidade, construindo relações horizontalizadas e solidárias.

Há um especial cuidado com os jovens em idade de ingressar no mercado de trabalho, para que lhes sejam oferecidas condições de ganhar o seu sustento e de sua família com dignidade, mantendo-os longe dos circuitos da droga e da violência urbana.

Os projetos de recuperação e conservação do meio ambiente, como plantio de mudas, viveiros; reciclagem; agroecologia; saneamento; construção de biodigestores; cultivo de oleaginosas para os biocombustíveis, que dependem do uso de mão-de-obra intensiva, são um expressivo campo de trabalho para as populações de comunidades com baixos índices de renda e escolaridade.

A Agenda 21 Global enfatiza que os governos e a sociedade civil organizada devem, em conjunto, gerar oportunidades de emprego remunerado e de trabalho produtivo, compatíveis com as especificidades de cada país, em escala suficiente para absorver a sua força de trabalho.

Aponta ainda para a necessidade de fortalecimento das organizações comunitárias, da priorização do ensino básico e do treinamento profissional, como ferramentas fundamentais de inclusão socioeconômica.

A mesma tecnologia que desemprega e exclui pode contribuir na divulgação de experiências

PROPOSTAS		
DESAFIO	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZO
Investir em cursos nas áreas: agricultura, artesanato e turismo	* Promover a união de associações e cooperativas. * Buscar parcerias (Senar, SEBRAE, SESI).	Médio prazo
Investir em educação	* Promover oficinas e cursos de geração de renda desenvolvidos localmente.	Médio prazo
Investir na melhoria de estradas para o escoamento dos produtos	* Mobilizar os moradores.	Médio prazo
Criar cooperativas ou associações de produtores para acabar com a desunião e a competitividade	* Elaborar programação anual de atividades. * Estabelecer parceria entre prefeitura e trabalhadores. * Realizar cadastramento de profissionais através da prefeitura. * Criar feiras periódicas de agricultura e de artesanato.	Médio prazo Curto prazo Curto prazo Curto prazo
Criar cooperativas ou associações de produtores para acabar com a desunião e a competitividade	* Elaborar programação anual de atividades. * Estabelecer parceria entre prefeitura e trabalhadores. * Realizar cadastramento de profissionais através da prefeitura. * Criar feiras periódicas de agricultura e de artesanato.	Médio prazo Curto prazo Curto prazo Curto prazo
Investir em turismo	* Divulgar a cidade e seus eventos. * Desenvolver estrutura para o turismo. * Promover a capacitação de monitores turísticos.	Médio prazo Longo prazo Médio prazo

Curto prazo = 1 ano/ médio prazo = até 5 anos/ longo prazo = mais de 5 anos


ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ
JUVENTUDE

Desde a década de 1980, a Juventude, entendida como segmento social e sujeito de direito, adquire crescente ênfase no cenário internacional. Colaboraram para isso a instituição do Ano Internacional da Juventude, em 1985 e o lançamento do Programa de Juventude da ONU em 1995.

Tal concentração de esforços se deve às pesquisas e aos relatórios de desenvolvimento humano, realizados em âmbito local e global. Os estudos reconhecem as singularidades dessas gerações dentro do contexto histórico e social e destacam a Juventude como o segmento de maior vulnerabilidade social.

Submersos nas crises da educação, empregabilidade, acessibilidade, globalização, superpopulação e na iminência de um colapso socioambiental planetário, os jovens enfrentam desafios conceituais e práticos diferentes das gerações anteriores.

Nesse contexto, a relevância da causa socioambiental, que se inter-relaciona ao fomento do desenvolvimento econômico e social, passa a figurar na pauta dos Movimentos de Juventude.

No Brasil, o Movimento de Juventude e Meio Ambiente toma forma a partir de 2003. Em todos os estados do país passam a ser organizados os Coletivos Jovens de Meio Ambiente, a partir das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, das Conferências

Nacionais Infância Juvenil pelo Meio Ambiente e dos Programas "Vamos Cuidar do Brasil" e "Juventude e Meio Ambiente".

Também em setembro de 2003 aconteceu em Luziânia o I Encontro Nacional de Juventude e Meio Ambiente, que culminou na criação da REJUMA - Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (www.rejuma.org.br). Desde então, essa rede vem sendo expandida, instrumentalizada e qualificada.

O Movimento de Juventude e Meio Ambiente conta com total apoio e fomento do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, constituído pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação. A REJUMA, por sua vez, participa do Conselho Nacional de Juventude, desde a sua criação em 2005. Com todos esses esforços, registrava-se em 2006 mais de mil jovens, distribuídos em cerca de 200 municípios em todos os estados, envolvidos nos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJ) e na REJUMA.

Em um país reconhecido e cobiçado pelo seu rico patrimônio natural, e que ao mesmo tempo ocupa os últimos lugares nas avaliações mundiais sobre educação, investir em jovens lideranças socio ambientalistas e empreendedoras é uma política estruturante e emergencial. Torna-se claro que o sistema formal de ensino, bem como a mídia e a sociedade, responsáveis pela aprendizagem desses novos atores, não têm se mostrado aptos para formar uma geração capaz de compreender, proteger e gerenciar com

20

sabedoria esse santuário de diversidades sociais e ecológicas que herdamos como país.

As juventudes de Campo Largo do Piauí e de todo o país, através do Movimento de Juventude e Meio Ambiente, aceitam o desafio, exercem a responsabilidade e descobrem a delícia de ser brasileiro e brasileira.

21

PROPOSTAS

DESAFIO	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZO
Oferecer cursos profissionalizantes	* Conectar e divulgar os cursos, procurando novos meios de comunicação (Coletivo Jovem, Grêmios etc.). * Mobilizar jovens que fazem cursos em outras cidades para darem palestras. * Realizar pesquisa com os jovens para saber quais são os cursos mais procurados. * Buscar profissionais da cidade para ministrarem os cursos. * Realizar mais palestras sobre diferentes profissões (com profissionais, professores, estudantes).	Médio prazo
Criar centro de entretenimento	* Conversar com os comerciantes, procurando quem tenha interesse em participar de um espaço como esse. * Articular com a prefeitura ou quem tenha um espaço vago para montar o centro. * Incentivar as bandas dar oportunidade para, a cada fim de semana, uma banda diferente tocar na praça.	Longo prazo
Organizar um clube de campo	* Elaborar um projeto de revitalização do espaço que está abandonado, o qual pode se tornar um clube de campo. * Descobrir quem são os responsáveis e cobrar para que o projeto de revitalização seja colocado em prática. * Buscar parceria com entidades como SESI/SESC para instalar uma sede nesse espaço.	Longo prazo
Oferecer uma biblioteca com uma estrutura maior	* Oferecer espaço maior, mais organizado, melhor localizado e com menos barulho. * Oferecer mais variedade de livros para leitura, com disponibilidade para empréstimos. * Contratar profissionais de biblioteconomia para melhor atendimento e organização. * Promover campanhas de doações de livros e recursos (comerciantes) para revitalizar a biblioteca municipal.	Médio prazo
Valorizar os esportes	* Incentivar outros esportes além do futebol, promovendo campeonatos municipais, utilizando o ginásio municipal. * Conversar com o Departamento de Esportes para organizar os campeonatos. * Formar parcerias.	Médio prazo
Oferecer mais infra-estrutura na zona rural.	* Levar mais informação para a zona rural. * Levar mais segurança e saúde para a zona rural, com postos de saúde no local. * Disponibilizar ônibus todos os dias, mesmo no período de férias e fins de semana.	Longo prazo
Criar um canal de comunicação	* Conversar com a rádio de Pílar para que exista um programa dos jovens, com músicas atuais e informações. * Divulgar nas escolas, na rua, com boca-a-boca o horário do programa. * Fazer com as diretoras para que levem o jornal para dentro das escolas. * Usar os murais das escolas para divulgar eventos, reuniões, entre outros. * Divulgar as novidades nas associações de bairro da zona rural.	Curto prazo
Reunir jovens mais interessados	* Promover ações de jovens para jovens. * Promover um dia de confraternização entre representantes de grupos jovens.	Curto prazo

Curto prazo = 1 ano/ médio prazo = até 3 anos/ longo prazo = mais de 3 anos

22

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO

Os seres humanos são, ao mesmo tempo, integrantes, dependentes e agentes transformadores do ambiente no qual vivem. A ação sobre os espaços naturais, portanto, é o que garante a sobrevivência humana.

Ao longo dos séculos, a fixação de grupos em pontos escolhidos do território terrestre deu origem a vilas e, posteriormente, às cidades. Os aglomerados humanos, às vezes difusos em suas fronteiras entre o rural e o urbano, possibilitaram o desenvolvimento das civilizações que, de uma forma geral, acreditaram poder dispor dos recursos naturais como matéria-prima infinita à disposição das suas necessidades e caprichos.

Cada sociedade, à sua maneira, desconstrói os antigos e cria novos espaços para habitar. Assim, o meio ambiente transformou-se, de um conjunto de elementos materiais e biológicos, num mosaico de paisagens que também inclui as estruturas econômicas, sociais e mentais dos grupos humanos, que igualmente são parte dele.

Nesse processo dinâmico, acompanhado pela explosão industrial e pela explosão demográfica, foi-se destruindo alguns ecossistemas mais frágeis e ameaçando todas as regiões do mundo, sem dar tempo para que a natureza se auto-regenerasse. A consciência dos problemas gerados pelas atitudes que degradam a vida exige,

portanto, novas posturas da ciência, das comunidades, dos governantes, das empresas e de cada indivíduo em relação aos "espaços vividos".

Por uma melhor qualidade de vida, deve-se buscar um esforço voltado para a conservação e a preservação ambiental em sintonia com a manutenção das condições básicas de desenvolvimento socioeconômico.

Nas cidades, o planejamento assume importância fundamental para promover a integração dos seres humanos com o seu próprio meio e reduzir os desequilíbrios ecológicos. Questões como a impermeabilização do solo; o excessivo consumo de energia e matéria, e sua correspondente geração de resíduos; a poluição atmosférica, hídrica, sonora e visual; a escassez de cobertura vegetal, entre outras, necessitam de soluções adequadas e urgentes.

Sob esse ponto de vista, o saneamento básico tem extrema relevância, por ser um dos elementos que propicia a regeneração dos ecossistemas e, simultaneamente, condições mais saudáveis de existência aos seres humanos. Mesmo que não seja mais possível voltar atrás e reconstruir antigos modos de viver, é possível reorientar e recompor o nosso atual modo de vida, criando outros cenários ambientalmente sustentáveis. O planejamento urbano e o saneamento básico devem colaborar para reverter o atual processo agressivo de ocupação dos espaços e a sua contraposição ao sistema ecológico natural.

Segundo dados do IBGE, a maioria dos municípios brasileiros tem

23

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ

problemas ambientais comuns: assoreamento dos corpos d'água, esgoto a céu aberto, desmatamentos e queimadas, poluição da água, inundações, deslizamentos de encostas, secas e erosão. Porém, as medidas adotadas para o combate ou a prevenção desses problemas nem sempre são as mais adequadas. Isso porque todas as soluções dependem da união de esforços entre cidadãos, empresas e poder público, e não apenas de um desses atores isolados.

Avançar nessas questões, em Campo Largo do Piauí, implica em estimular a participação da população em geral e de cada setor, administrativo, social e econômico, para construir um novo território habitado pela arte de bem viver.

PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A Declaração Universal dos Direitos Humanos ao instituir, em seu artigo 21, que "todo ser humano tem o direito a tomar parte do governo de seu país", impulsionou diversos países a proclamarem em suas constituições o direito à participação dos indivíduos.

Apesar desse direito ser concedido legalmente em diversas nações, está longe de ser exercido por parcela significativa da população que se encontra à margem dos acontecimentos e das decisões políticas. Esses cidadãos desconhecem os seus direitos e deveres e, sobretudo, ignoram o poder que possuem e podem empregar para a mudança social, ao exercerem a participação.

A participação social é uma das estratégias para solucionar problemas e conquistar melhores condições de vida para todos. Seus resultados são alcançados satisfatoriamente quando as necessidades de um grupo são expressas de forma organizada, podendo ocorrer em torno de interesses comuns. Na maioria das vezes, interesses comuns fazem os indivíduos se unirem em defesa das causas em que acreditam.

Para fortalecer a participação é necessário estimular a mobilização social. E a mobilização social, de acordo com Toro e Werneck, pode ser compreendida como o ato de "convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhado". Assim, convocar vontades diz respeito a "convocar discursos, decisões e ações no

sentido de um objetivo comum, para um ato de paixão, para uma escolha que contamina todo o cotidiano" (2004, p.13-14). Nesse sentido, ainda para os mesmos autores, "participar de um processo de mobilização social é uma escolha, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, convocadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. Essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e capazes de provocar e construir mudanças" (Id.).

Da mesma forma que, segundo Sampaio, "participar politicamente significa fundamentalmente tomar parte das políticas públicas. Consiste em formar opinião sobre uma decisão do Estado: em expressar, pública e livremente, essa opinião, e em vê-la levada em consideração. Trata-se de uma meta ainda a ser atingida, pois nenhuma sociedade possibilitou até hoje a plena participação política de todos os seus cidadãos" (2005, p.47).

Tendo em vista essas considerações, o processo de construção da Agenda 21 de Campo Largo do Piauí configura-se como um processo participativo cuja abrangência e representatividade contribui para a mobilização social, tornando-se um acontecimento inédito para o município. Esse processo possibilitou o envolvimento dos moradores e moradoras da zona rural e da zona urbana; do poder público; da comunidade escolar; de agricultores, trabalhadores rurais, jovens, agentes comunitários de saúde, grupo da terceira idade e organizações da sociedade civil.

24

PROPOSTAS

DESAFIO	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZO
Implantar cisternas para captação de água da chuva	*Fornecer e divulgar o uso das cisternas. *Oferecer assistência técnica para implantação de cisternas.	Curto prazo Médio prazo
Possibilitar a conscientização dos cidadãos sobre o meio ambiente	*Divulgar informações sobre o meio ambiente.	Curto prazo
Incentivar o reúso da água doméstica	*Executar projetos que envolvam a participação da população. *Emitir e divulgar o reúso. *Fornecer assistência técnica.	Curto/médio prazo Curto/médio/longo prazo Curto prazo
Cuidar das cabeceiras dos rios	*Proteger as nascentes. *Aumentar a área verde.	Curto prazo Curto prazo
Promover a educação ambiental nas escolas	*Adequar os conteúdos programáticos. *Capacitar os professores para a educação ambiental.	Curto prazo Curto/médio prazo
Possibilitar a reciclagem ambiental com autonomia para a resolução dos problemas	*Estabelecer a secretaria com funcionários próprios. *Ativar o Conselho Municipal de Meio Ambiente.	Curto prazo Curto prazo
Estudar o empreendedorismo com o rio	*Elaborar projeto de revitalização do rio comunitário doméstico. *Produzir sabão.	Curto prazo Médio prazo
Realizar tratamento para melhor devolução da água	*Melhorar o tratamento do esgoto/ ampliar a capacidade de tratamento do esgoto. *Criar samonas agrícolas de contenção.	Curto prazo Curto prazo
Acompanhar as etapas de tratamento da água	*Realizar laudo técnico. *Divulgar os resultados dos laudos.	Curto prazo Curto prazo
Proteger as áreas verdes	*Controlar queimadas. *Fornecer assistência técnica para a utilização adequada do agrotóxico.	Curto prazo Curto prazo
Respeitar as leis ambientais	*Conhecer e divulgar as leis ambientais. *Fazer denúncias à Polícia Ambiental e Secretaria Municipal de Meio Ambiente. *Proteger e plantar mata ciliar.	Curto prazo Curto prazo Curto prazo
Prevenir o assoreamento dos rios	*Fazer bebedouro para o gado não descer para o rio.	Curto prazo

Curto prazo = 1 ano/ médio prazo = até 3 anos/ longo prazo = mais de 5 anos

25

26

No centro da proposta de construção da Agenda 21 de Campo Largo do Piauí esteve a discussão da importância da participação como um instrumento pedagógico. Instrumento este que possibilita o envolvimento de cada um e valoriza o conhecimento, além das habilidades pessoais e coletivas.

A participação social resgata um sentimento de pertencimento. O indivíduo, parte que é da sociedade à qual pertence, opina, sugere, argumenta, discute, propõe, sentindo-se sujeito da sociedade e não mero objeto dos governos. Impulsionado por esse espírito de coparticipação, é capaz de contribuir para a promoção do desenvolvimento local sustentável voltado para o bem estar, para a melhoria da qualidade de vida e para a felicidade de todos.

27

(Continua na próxima página)



**ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ**

PROPOSTAS

DESAFIO	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZO
Fazer com que a população tenha uma participação efetiva na construção do orçamento do município.	*Garantir que a população tenha conhecimento e informações sobre como funciona a dotação orçamentária do município. *Criar canais de fiscalização e acompanhamento dos gastos públicos por parte dos municípios. *Estimular a participação da comunidade na indicação das prioridades para os bairros.	Curto prazo Curto prazo Médio prazo
Garantir que as instituições locais possam estar melhor estruturadas.	*Estimular a organização da documentação das entidades. *Elaborar uma cartilha informativa que oriente as entidades sobre todos os caminhos a serem percorridos, para garantir às entidades as documentações necessárias para futuros convênios com a prefeitura, e para os conselhos. *Disponibilizar funcionários públicos para auxiliar as entidades na regularização da documentação.	Curto prazo Curto prazo Curto prazo
Incentivar a formação de redes sociais entre associações, sindicatos, ONGs, Igrejas etc.	*Criar uma equipe multidisciplinar que possa envolver diversos profissionais (assistentes sociais, psicólogos, educadores) de diversas entidades e poder público para, juntos, buscarem soluções para diferentes problemas. *Interligar o cadastro de atendimento social para evitar duplo atendimento a algumas famílias e falta de atendimento a outras. *Mapear os problemas sociais nos diferentes bairros para que se tenha um diagnóstico da região.	Curto prazo Médio prazo Médio prazo
Preparar e subsidiar a comunidade para que possa ser mais participativa e atuante.	*Através de boletins informativos colocados em murais estratégicos em cada bairro, melhorar a chegada da informação de serviços, eventos da prefeitura, reuniões, conselhos. *Criar conselhos de líderes comunitários no município. *Criar uma cartilha para informar o povo sobre seus direitos e deveres. *Implementar cursos de capacitação para líderes comunitários. *Divulgar em cada bairro, por meio dos boletins e demais instrumentos de comunicação, as audiências públicas.	Curto prazo Curto prazo Curto prazo Curto prazo Curto prazo
Incentivar ações que aproximem o governo local da comunidade.	*Criar o governo itinerante para visitar cada região uma vez por ano, oferecendo os diferentes serviços da prefeitura de forma mais acessível e próxima da população. *Promover diálogos abertos do poder público com a população. Fazer com que o poder público esteja mais acessível à população, indo em cada região para escutar anseios e problemas da comunidade.	Curto prazo Curto prazo
Somar esforços do governo, empresas e comunidade para a melhoria na qualidade de vida dos municípios.	*Promover cursos de elaboração de projetos para lideranças comunitárias, entidades e poder público. *Incentivar que as entidades elaborem projetos que possam ser financiados por empresas privadas como ações de responsabilidade social.	Curto prazo Curto prazo

Curto prazo = 1 ano/ médio prazo = até 3 anos/ longo prazo = mais de 3 anos

- ambiente favorável à qualidade de vida e saúde, limpo e seguro; satisfação das necessidades básicas dos cidadãos, incluídos a alimentação, a moradia, o trabalho, o acesso a serviços de qualidade de saúde, à educação e à assistência social;

- vida cultural ativa, sendo promovidos o contato com a herança cultural e a participação numa grande variedade de experiências;

- economia forte, diversificada e inovadora. O papel dos moradores nesse processo também é fundamental, pois são eles que, no seu dia-a-dia, se deparam com os problemas que afetam a saúde e a qualidade de vida da comunidade.

Nesse sentido, é necessário criar redes de apoio, estimular parcerias e canais de participação que deem acesso a todos os cidadãos para definirem ações integradas que busquem melhorar a saúde individual, a saúde da comunidade e a qualidade de vida em toda Campo Largo do Piauí.

SAÚDE

As precárias condições de vida da população são as principais causas das enfermidades que acometem os habitantes de muitos municípios. Mais do que a presença de agentes patológicos e a falta de resistência da população aos efeitos desses agentes, a baixa renda, a falta de emprego, as más condições de habitação, a deterioração ambiental, a organização do trabalho, a poluição, a violência generalizada, o tráfico de drogas e outros fatores provocam solidão, angústia, depressão, estresse, intoxicação por agentes químicos, dependência por drogas, má alimentação, alcoolismo e comportamentos de risco geradores de doenças e até da morte.

Considerando prioritária a satisfação dessas necessidades, a Agenda 21 Global reserva um capítulo para discutir a proteção e a promoção das condições da saúde para todos, por meio de estratégias que proporcionem serviços especializados de saúde ambiental e participação de todas as áreas relacionadas à saúde.

Nesse contexto, também é necessário pensar em nosso pedaço: no Campo Largo do Piauí em que vivemos e no Campo Largo do Piauí na qual queremos viver. O futuro de Campo Largo do Piauí depende de seus moradores e de uma articulação entre os diversos setores do poder público e da sociedade civil. A saúde e a qualidade de vida devem ser uma conquista de todos. Nesse sentido, o acesso às informações torna os cidadãos mais aptos a discutirem os seus destinos e proporem alternativas para a melhoria das condições de vida em seu pedaço.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como "o completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de

doenças". Essa concepção amplia a ideia que muita gente tem sobre esse tema, pois é muito comum as pessoas relacionarem saúde apenas com a ausência de enfermidades. Na realidade, a saúde é uma conquista e passa pelo exercício pleno da cidadania: assumir a responsabilidade pela própria saúde, da família e da comunidade em que se vive, de maneira participativa fazendo valer os direitos básicos de todo cidadão.

Para que uma população possa ser considerada saudável é necessário um conjunto de determinantes: a paz (contrário de violência); habitação adequada; educação pelo menos fundamental; alimentação para o desenvolvimento de crianças e necessária para a reposição da força de trabalho; renda decorrente da inserção no mercado de trabalho, adequada para cobrir as necessidades básicas de alimentação, cultura e lazer; ambiente saudável, preservado e não poluído; justiça social e equidade, garantindo os direitos dos cidadãos (Carta de Otawa, 1986).

A busca de melhores condições de saúde e de qualidade de vida depende de ações integradas, visto que os fatores que afetam a saúde não ocorrem de forma isolada, e muitas vezes são resultado de problemas socioambientais que exigem a articulação dos diversos atores sociais e do poder público, representado pelas suas diversas secretarias (da educação, saúde, meio ambiente, habitação etc.).

Pensar em saúde de cada um de nós significa também pensar na saúde da comunidade. Segundo a Organização Mundial da Saúde, uma comunidade saudável deve possuir:

- uma comunidade forte, solidária e constituída sobre bases da justiça social, na qual ocorrem alto grau de participação da população nas decisões do poder público;

PROPOSTAS

DESAFIO	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZO
Promover a humanização do atendimento à saúde.	*Realizar formação permanente dos funcionários para um atendimento mais humanizado e eficiente. *Criar uma ouvidoria municipal. *Criar uma farmácia popular.	Médio prazo Médio prazo Curto prazo
Reorientar o serviço de saúde.	*Aumentar o número de agentes comunitários de saúde. *Implementar o Programa Saúde da Família. *Ampliar o acesso aos serviços e programas de saúde para o incremento de atividades preventivas através da abordagem da promoção da saúde e outras atividades relacionadas. *Readequar o atendimento da farmácia (horário e retirada de remédios) / Aumentar disponibilidade de medicamentos.	Médio prazo Médio prazo Médio prazo Curto prazo
Crear espaços saudáveis no município de Pilar do Sul que apóiem a promoção da saúde.	*Criar atividades voltadas para o bem estar e a construção de espaços saudáveis nas escolas, unidades de saúde, hospitais, locais de trabalho, espaços de lazer e o município como um todo. *Difundir práticas agrícolas que não usem insumos que causem danos à saúde do trabalhador (a) rural.	Curto prazo Longo prazo
Incentivar a participação e o envolvimento da comunidade e das organizações da sociedade civil em ações voltadas para a promoção da saúde.	*Realizar reuniões itinerantes para a promoção da saúde. *Criar associações de bairro que lutem em prol de benefícios para a área da saúde.	Curto prazo Curto prazo
Contribuição da escola para a promoção da saúde.	* Realizar cursos e palestras sobre a adoção de estilos de vida saudáveis voltadas para os pais e comunidade escolar (alunos, professores e funcionários). *Envolver os alunos nos projetos de construção de espaços de saudáveis no município.	Curto prazo Curto prazo

Curto prazo = 1 ano/ médio prazo = até 3 anos/ longo prazo = mais de 3 anos



**ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ**

SEGURANÇA

Os efeitos cotidianos da violência e da criminalidade são percebidos pela comunidade e seus moradores, em primeiro lugar, sob a forma concreta de assaltos, vandalismos e outras agressões, ou através da sensação de medo e insegurança.

O papel dos policiais sempre esteve relacionado com a ideia da manutenção da ordem e da proteção dos cidadãos. Entretanto, o que se nota é que o fenômeno da violência e da criminalidade é extremamente complexo, multifacetado e dinâmico, exigindo um enfoque integrado e intersetorial. A abordagem desse fenômeno, portanto, deve envolver toda a sociedade na busca de soluções efetivas e sustentáveis. Intervenções que acionem as instituições policiais, conselho tutelar e a justiça, de forma isolada e desarticulada, não oferecem resultados duráveis, até porque o campo de ação dessas instâncias é limitado.

Atuar de forma preventiva sobre fatores determinantes da violência, como a degradação ambiental; o desemprego; problemas de saneamento, de iluminação pública e de falta de espaços de lazer, podem trazer benefícios para a segurança no município. Nesse contexto, a mobilização e o engajamento dos moradores também é fundamental para o estabelecimento de medidas profiláticas que busquem a paz e a segurança.

Não podemos esquecer que a violência, muitas vezes, não está relacionada somente com a criminalidade, mas com a violência física, sexual, psicológica, racial, de classe e das palavras que utilizamos na comunicação que estabelecemos com os outros.

A Assembléia Geral das Nações Unidas decidiu incumbir a UNESCO de levar à frente um movimento mundial de transição de uma cultura de violência, de imposição e discriminação para uma cultura de paz. De acordo com essa instituição, a cultura de paz é baseada em um conjunto de valores e compromissos com:

- o respeito a todos os direitos individuais e humanos; - a promoção e vivência do respeito à vida e à dignidade de cada pessoa, sem discriminação ou preconceito;
- a rejeição de qualquer forma de violência; - o respeito à liberdade de expressão e à diversidade cultural, por meio do diálogo, da compreensão e do exercício do pluralismo;
- a prática do consumo responsável, respeitando-se todas as formas de vida no planeta;
- a tolerância e a solidariedade;
- o empenho na prevenção de conflitos, resolvendo-se em suas fontes (que englobam novas ameaças não militares para a paz e para a segurança, como exclusão, pobreza extrema e degradação ambiental).

Nesse contexto, a escola tem um papel fundamental nessas questões, pois ela pode contribuir para a construção de uma cultura de paz, de não-violência e para a formação de uma nova geração de cidadãos que saibam dialogar, negociar, argumentar e articular de forma generosa e pacificadora. Enfim, que seja capaz de dispor de seu tempo e de suas habilidades pessoais para o cultivo da solidariedade e da melhoria da qualidade de vida de sua comunidade, rumo a um futuro mais seguro e melhor para todos.

32

PROPOSTAS

DESAFIO	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZO
Promover uma educação baseada em valores da cultura de paz, dentro e fora das escolas	*Criar um programa de cultura de paz.	Curto prazo
Adequar e melhorar a infraestrutura	*Melhorar vias e calçamentos, iluminação, sinalização e monitorar as entradas da cidade. *Ocupar áreas institucionais e espaços públicos ociosos com ações de esporte, lazer e cultura/ Criar a Casa do Menor. *Intensificar e qualificar a ação policial. *Implantar sistema de radiocomunicação. *Criar a Guarda Municipal.	Curto prazo Médio prazo Curto prazo Médio prazo
Fomentar espaços de participação e coesão social	*Criar um departamento na Secretaria de Desenvolvimento e Integração Social, com estrutura participativa, voltada às questões da família, com uma política de acompanhamento. *Valorizar e resgatar a instituição familiar (com ações não-assistencialistas). *Criar documento orientador para a política municipal de segurança.	Curto Prazo Curto prazo

Curto prazo = 1 ano/ médio prazo = até 3 anos/ longo prazo = mais de 5 anos

33

REFERÊNCIAS

BARBIERI JC. Desenvolvimento e meio ambiente: estratégias de mudança da Agenda 21. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARTA DA TERRA [documento na internet] [acesso em 09 de dez 2007]. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agen-da21/_arquivos/carta_terra.doc

COLETIVOS JOVENS DE MEIO AMBIENTE: MANUAL ORIENTADOR. - Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2006.

DOCUMENTO AGENDA 21 DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO [documento na internet] [acesso em 09 de dez 2007]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEst-ruturra=18&idConteudo=575>

JAIRO VÁLIO. Nascente das Águas. Itu: Ottoni, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Fomando COM-VIDA Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: Construindo Agenda 21 na Escola. Brasília: MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21 Brasileira: Ações Prioritárias - 2ª Edição [documento na internet] Brasília; 2002 [acesso em 07 de set 2007]. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/agen-da21/_arquivos/aoce_s2edicao.pdf

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21 Brasileira: Resultado da Consulta Nacional - 2ª Edição [documento na internet] Brasília; 2007 [acesso em 07 de set 2007]. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agen-da21/_arquivos/co_nsulta2edicao.pdf

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/ SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Passo a Passo da Agenda 21 Local. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

OMS - Organização Mundial da Saúde. Carta de Ottawa [documento na internet] Ottawa; 1986 [acesso em 28 de abr 2007]. Disponível em: <http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/Ottawa.pdf>

OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde. Municípios e comunidades saudáveis: guia dos prefeitos para promover qualidade de vida. Brasília - DF: OMS, 2002.

TORO B, Werneck ND. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

34



35